80.º Aniversário da Polícia Judiciária

Conferência: *Novas Substâncias Psicoativas: desafios legislativos e para a saúde mental*

Exmo. Sr. Diretor Nacional da Polícia Judiciária, nosso anfitrião

Exmos. Srs. Deputados, ao Parlamento Europeu e à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Exma. Sra. Juíza Conselheira da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas,

Exmo. Sr. Comandante do Comando Operacional dos Açores,

Exma. Sra. Coordenadora da Comarca dos Açores,

Exmo. Sr. Diretor Regional da Prevenção e Combate às Dependências,

Exmo. Sr. Coordenador do Departamento de Investigação Criminal dos Açores,

Digníssimas Autoridades civis, militares, de segurança e académicas,

Ilustres conferencistas e moderadores,

Caras e caros convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

É com profundo sentido de responsabilidade institucional, que me cabe abrir esta conferência: "Novas Substâncias Psicoativas – desafios legislativos e para a saúde mental".

Junto-me a todos vós, não porque tenha grandes contributos para o debate deste flagelo, mas, porque entendo ser imperativo juntar a voz e a força da Instituição que represento, na afirmação do compromisso coletivo com a proteção da nossa sociedade, da nossa juventude e do nosso futuro coletivo.

Antes de mais, permitam-me dizer-vos que é, igualmente, uma honra associar-me à celebração do 80.º Aniversário da Polícia Judiciária, instituição com um legado notável de serviço, de resiliência e de compromisso com a justiça e a segurança de todos nós.

O tema que aqui nos reúne é, hoje, um dos mais perturbadores e urgentes para a proteção das nossas comunidades.

Não falamos apenas de um fenómeno estatístico, jurídico ou académico.

Falamos de pessoas, de histórias concretas que afetam serviços, famílias e comunidades.

É esta dimensão humana que nos convoca à responsabilidade, à reflexão e à ação.

Os dados e os relatos das equipas no terreno confirmam há muito uma tendência que não podemos ignorar: o aumento do consumo de substâncias psicoativas, sobretudo as de natureza sintética.

Os impactos são sentidos, observados e mensuráveis: na saúde; na segurança pública; nas respostas sociais; nos tribunais; nas escolas; nas ruas e nas famílias.

Não podemos, por isso, permitir que este flagelo se torne estrutural ou silenciosamente inevitável.

Não podemos naturalizar o que é alarmante nem banalizar o que exige ação.

Se existe área em que o trabalho coletivo não é apenas aconselhável, mas imperativo, é esta: o combate às dependências.

E quando digo coletivo, refiro-me um verdadeiro trabalho em rede: forças de segurança, sistema judicial, instituições de saúde, escolas e comunidades educativas, setor social, privado, governos, parlamentos, universidades e centros de investigação, autarquias, famílias e cada um de nós, como cidadão.

Este é um desígnio de todos nós.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Permitam-me sublinhar algo que considero de grande justiça: a Polícia Judiciária tem demonstrado competência e conhecimento técnico perante este fenómeno emergente.

Contudo, entre saber e poder atuar existe um espaço jurídico e procedimental que tardou em ser preenchido.

A demora na integração destas novas substâncias nas listas de substâncias criminalizadas permitiu uma janela de impunidade e expansão.

Não ignoremos o facto de que estas substâncias surgem com rapidez, grande capacidade de mutação química e que desafiam, por natureza, os mecanismos tradicionais de regulação e controlo.

Não se trata de apontar culpas, mas sim de aprender com o que ficou por fazer atempadamente.

É essencial transformar essa experiência em aprendizagem.

Mas hoje, felizmente, importa reconhecer que estão a ser dados passos significativos na direção certa, estando em curso na Assembleia da República o processo de aprovação de uma iniciativa legislativa que visa a integração na tabela das substâncias criminalizadas de novas substâncias psicoativas, cuja proliferação e consumo têm sido alarmantes em algumas parcelas dos Açores.

Esta integração, processo no qual também estão envolvidos os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, representa um avanço concreto, necessário e oportuno.

É um resultado que apesar de tardio, demonstra consciência coletiva e capacidade de convergência institucional.

Por isso, a mensagem que deixo é clara: Portugal, e em particular as Regiões Autónomas, precisam de um modelo legislativo e regulamentar mais ágil, mais responsivo e mais atualizado.

Temos de ser capazes de acompanhar a velocidade com que surgem novas substâncias, novos compostos, novos mercados e novas estratégias de distribuição — muitas delas globais e instantâneas.

O tempo científico, analítico e legislativo não pode ser muito mais lento do que o tempo de produção e de comercialização ilícita.

Nos Açores, onde se regista uma das maiores incidências do consumo destas substâncias, a urgência é ainda maior.

O desígnio, por isso, é o de transformar esta preocupação em estratégia pública, que nos Açores tem especificidades muito próprias, e nunca permitir que se transforme em resignação comunitária.

Minhas senhoras e meus senhores,

Não posso terminar a minha intervenção sem enaltecer os profissionais que estão no terreno, na linha de frente na luta contra este flagelo — muitas vezes no limite das suas forças e dos seus recursos.

Aos agentes da PJ, da PSP, da GNR, dos Serviços Prisionais, aos profissionais de saúde, aos psicólogos e psiquiatras, aos socorristas, educadores, assistentes sociais, líderes comunitários, instituições solidárias, voluntários: o vosso trabalho salva-vidas e, por isso, é insubstituível.

Mas não basta.

É crucial dotar estas estruturas dos meios humanos, financeiros, tecnológicos e laboratoriais adequados.

A coragem e o profissionalismo existem — precisam de ser acompanhados pela capacidade de ação.

O combate às drogas não se vence apenas com repressão, prevenção ou reabilitação.

Vence-se no equilíbrio entre estes três eixos.

A dependência não é apenas um fenómeno criminal.

É, sobretudo, um fenómeno humano, social e de saúde pública, que exige empatia, rigor e políticas sustentadas.

Se há algo que devemos garantir — e reafirmo — é que ninguém pode ser deixado para trás: nem o cidadão em risco, nem o jovem vulnerável, nem o consumidor, nem a família, nem o profissional do terreno.

Finalizo com uma convicção profunda: Somos uma sociedade capaz. Temos instituições competentes. Temos conhecimento e experiência.

O que se exige agora é velocidade, articulação e determinação.

Por isso, neste aniversário da Polícia Judiciária, saúdo a iniciativa de trazer para o centro da discussão um tema tão importante para o futuro da nossa Região.

Esta é a prova de que esta celebração não é apenas sobre o passado, mas também sobre a vontade de construir um futuro mais seguro e mais digno para todos.

Estamos todos, mesmo todos convocados!

21 de novembro de 2025